

**A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL REALIZADA PELO MOVIMENTO
ESTUDANTIL:** Conjunto de relatos de experiências de lideranças do Instituto
Federal de Brasília, Campus Brasília

THE SOCIAL TRANSFORMATION ACCOMPLISHED BY THE MOVEMENT:
Set of reports of experiences from leaders at the Federal Institute of Brasília,
Campus Brasília

Igor Andrey Roselli*¹
Ana Carolina Barros Martins**²

RESUMO

Este estudo apresenta relatos de experiências no Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília, destacando as atividades do Centro Acadêmico de Gestão Pública e sua influência na Administração da instituição e na vivência dos estudantes. Os Centros Acadêmicos representam a participação democrática nas decisões administrativas e na representação dos estudantes, além da defesa de seus direitos. O estudo busca elucidar as transformações na vida estudantil e na administração do Instituto antes e depois da criação do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB. Objetivo: O objetivo central é analisar o impacto do Centro Acadêmico de Gestão Pública nas dinâmicas administrativas e na experiência dos estudantes do IFB, evidenciando sua relevância para a participação democrática e a defesa dos direitos estudantis. Metodologia: A metodologia adotada reuniu relatos de experiências, análise documental e entrevistas com membros do Centro Acadêmico, docentes e estudantes. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das mudanças ocorridas. Resultados: Os resultados destacam a significativa influência do Centro Acadêmico na democratização das decisões administrativas, na representação estudantil e na defesa dos direitos dos alunos. Evidencia-se uma transformação positiva na vida acadêmica antes e depois da existência do Centro Acadêmico de Gestão Pública. Conclusão: Conclui-se que o Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB desempenha um papel crucial na promoção da participação estudantil e na melhoria das condições acadêmicas, evidenciando sua importância para a comunidade acadêmica e a administração institucional.

Palavras-chave: Administração Pública. Tomada de Decisões. Gestão Democrática. Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. Centro Acadêmico.

¹ *Graduando em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Brasília. Graduando em Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Ex-Presidente e Diretor Institucional do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB. Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas. E-mail: igorroselli40@gmail.com.

² **Docente da área de Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Brasília. E-mail: ana.barros.martins@ifb.edu.br

ABSTRACT

This study presents reports of experiences at the Federal Institute of Brasília, Campus Brasília, highlighting the activities of the Academic Center for Public Management and its influence on the institution's Administration and the students' experiences. Academic Centers represent democratic participation in administrative decisions and student representation, in addition to the defense of their rights. The study seeks to elucidate the transformations in student life and the administration of the Institute before and after the creation of the IFB Academic Center for Public Management. Objective: The central objective is to analyze the impact of the Academic Center for Public Management on the administrative dynamics and experience of IFB students, highlighting its relevance for democratic participation and the defense of student rights. Methodology: The methodology adopted brought together experience reports, documentary analysis and interviews with members of the Academic Center, teachers and students. The qualitative approach allowed an in-depth understanding of the changes that occurred. Results: The results highlight the significant influence of the Academic Center in the democratization of administrative decisions, student representation and the defense of students' rights. There is evidence of a positive transformation in academic life before and after the existence of the Academic Center for Public Management. Conclusion: It is concluded that the IFB Academic Center for Public Management plays a crucial role in promoting student participation and improving academic conditions, highlighting its importance for the academic community and institutional administration.

Keywords: Public administration. Decision-making. Democratic management. Social movements. Student Movement. Academic center.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta 2.457 Instituições de Ensino Superior, sendo 112 Universidades Públicas, 91 Universidades Privadas, 12 Centros Universitários Públicos, 310 Centros Universitários Privados, 140 Faculdades Públicas, 1.752 Faculdades Privadas e 38 Institutos Federais e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, segundo o Censo da Educação Superior de 2020 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2022).

Em todas as instituições de ensino mencionadas acima, a representação legal dos estudantes é realizada pelos centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes, conforme Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985, que institui legalmente as representações estudantis. Além disso, existem as entidades nacionais como União Nacional dos Estudantes e as Federações Nacionais dos Cursos, por outro lado, cada estado da federação e municípios pode realizar sua união estadual ou municipal dos estudantes.

Essas organizações sociais, principalmente as localizadas nas instituições de ensino públicas, são as responsáveis pela gestão democrática, além de ser um elo forte dos estudantes com a gestão institucional, sendo o meio permeador de participação dos estudantes no processo decisório das instituições, representação dos interesses e defesa dos direitos dos estudantes (MILANI, 2008).

Uma das principais características que essas organizações sociais e

movimento estudantil apresenta, que as difere das outras, é sua autonomia perante ao Estado, além de definir suas pautas com tons políticos e socioeconômicos, diferentemente de organizações sociais de defesa de classe operária e de classes de categorias profissionais que focam em questões socioeconômicas (ALBUQUERQUE, 1977).

Nesse sentido, como afirma Marcos Ribeiro Mesquita, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em sua tese doutorado *Identidade, Cultura e Política: Os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade*:

As reivindicações acerca da reestruturação da universidade baseada em valores modernos como a democracia, participação e autonomia, marcam uma nova época, onde a universidade torna-se também crítica dela mesma e de suas práticas de reprodução social; torna-se, uma instituição passível de questionamentos no que diz respeito à sua própria lógica de atuação (MESQUITA, 2006. P 63).

Diante do exposto, é perceptível a importância dos centros acadêmicos como organizações sociais que criam uma relação mais democrática e participativa na administração pública das instituições de ensino. No caso do Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus Brasília, o pouco período de existência do Campus, em comparação a outras instituições de ensino, demonstrou uma fragilidade na composição dessas organizações sociais, sendo apenas fortalecida a partir de 2022.

Considerando o supracitado, este trabalho apresenta como questão de pesquisa entender as mudanças sociais ocorridas com o surgimento do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB (CAGeP), e consequentemente as mudanças no relacionamento entre Estado (neste caso, administração do IFB) e sociedade (neste caso, as organizações sociais e estudantes).

O estudo teve como objetivo geral analisar as ações do CAGeP e sua transformação na administração do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília, e como objetivos específicos: investigar como os estudantes percebem as transformações no curso e IFB antes e depois da criação do CAGeP; avaliar as transformações na relação entre estudantes e Instituto; investigar como as atividades promovidas pelo CAGeP influenciaram na vida estudantil; verificar se a existência e atuação do CAGeP têm impacto nas decisões adotadas pelo IFB; e investigar se o surgimento e atuação do CAGeP tiveram algum efeito no relacionamento e atuação dos profissionais do IFB. A pesquisa foi realizada a partir dos relatos de experiências dos estudantes que exerceram papel de liderança e funções no movimento estudantil, ainda matriculados no curso de Gestão Pública em Janeiro de 2024, e que tiveram a vivência dentro do IFB antes e depois do surgimento do CAGeP em 2022.

O trabalho está constituído de 5 seções, sendo esta Introdução a primeira seção. Na segunda seção, será apresentado o referencial teórico que elencará os principais conceitos e a importância das organizações sociais e movimentos sociais na administração pública, bem como apresentará a história e funcionamento do CAGeP. A terceira seção descreve a metodologia de pesquisa realizada no trabalho, e a quarta seção traz de maneira descritiva os resultados encontrados na pesquisa realizada com os entrevistados. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, destacando os resultados obtidos pelo trabalho e pontuando os objetivos alcançados, as limitações observadas durante o estudo, as contribuições acadêmicas, profissionais e melhoria na qualidade de vida dos estudantes promovida pela entidade estudantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem a finalidade de apresentar a importância das organizações e movimentos sociais na administração pública, assim como expor a constituição e funcionamento do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB e a historicidade do movimento estudantil dentro do IFB, colocando como foco sua relação com a administração pública do Instituto, além de descrever os princípios da administração pública e gestão democrática.

2.1 Princípios da Administração Pública

Os administradores, gestores e correlatos que atuam na administração pública devem estar atentos aos princípios da administração pública, norteadora das atividades de todos que exercem função na área pública. Assim, é de suma importância que, desde o início da trajetória acadêmica, até a conclusão dela, os estudantes estejam cientes e pratiquem atividades relacionadas a esses princípios, que estão presentes na Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988. P 25)

A legalidade na administração pública se traduz na necessidade de seguir os princípios legais trazidos na Constituição Federal de 1988 e nas Leis Nacionais. Assim, a administração pública só pode fazer o que a lei permite que ela faça (MEIRELLES, 2010).

A impessoalidade é a necessidade do Estado Brasileiro agir de modo impessoal com terceiros, não sendo permitido assim beneficiar ou causar dano de modo discriminatório por vontade do administrador da máquina pública. Já a moralidade se traduz na necessidade dos administradores públicos seguirem princípios éticos, sendo necessário seguimento não somente das leis, mas também dos padrões morais da instituição e de seu povo, agindo com boa-fé, lealdade e probidade (MEIRELLES, 2010).

A publicidade refere-se a necessidade dos atos administrativos do setor público serem publicados para conhecimento de todos, dessa forma, dando transparência aos atos do Estado. Com exceção, é claro, dos atos que necessitam de sigilo ou de segurança nacional. Por fim, a eficiência demonstra a necessidade da administração pública ser eficiente, dessa maneira, agindo de forma célere, buscando bom atendimento ao público, trazendo resultados positivos para a sociedade (MEIRELLES, 2010).

2.2 Gestão democrática

A gestão democrática é essencial para administração pública, principalmente nas instituições de ensino públicas, pois são elas que formam futuros profissionais e administradores públicos que constroem a sociedade. A gestão democrática no

ambiente educacional pode ser conceituada como um processo de gestão que concilie interesses e interessados, alinhando particularidades da prática social e sua autonomia, criando mecanismos para efetiva participação da comunidade acadêmica na gestão da instituição de ensino, possibilitando a democratização dos espaços de decisão da educação (ZUFFO, 2017)

A Constituição Federal de 1988 versa sobre gestão democrática no ensino:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

2.3 A importância dos Movimentos sociais e estudantis na administração Pública

Os movimentos sociais são imprescindíveis na gestão democrática da administração pública, é por meio das associações civis que os cidadãos e sociedade em geral ganham força para participar de forma efetiva do processo decisório dentro dos órgãos públicos, portanto, é através desse tipo de organização que a sociedade consegue exercer o controle social (JACOBI, 1985).

No que concerne ao movimento estudantil (ME) e entidades de representação estudantil, os centros acadêmicos, também chamados de entidades de base, por serem as associações localizadas na base do movimento estudantil, são de suma importância para capilaridade social (MESQUITA, 2006), controle de qualidade do curso, defesa de direitos e deveres dos estudantes, além de realizar e conduzir pautas políticas, sociais, culturais e econômicas, carregando consigo princípios pétreos da constituição cidadã de 1988, cerne da democracia:

Em geral, o ME atua como contestador e ligado à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as ditaduras civil-militares. Além de que, a luta pela autonomia da universidade e pela participação em sua gestão é uma das reivindicações que perpassa a história do ME desde o Antigo Regime (FERRARO, 2011, p.5).

A participação social é uma luta histórica de diversas sociedades, é perceptível que os indivíduos que as compõem sempre buscam seus direitos individuais e coletivos, e a conquista deles perpassa pela participação social. A modernidade fez com que essa participação aumentasse, principalmente pelo

aumento e concentração populacional (APARECIDA,1986).

Dessa forma, para lutar pelos seus direitos, considerando que existe um contrapeso de interessados que já estão acomodados com a situação favorável para um lado da sociedade, porém para outros não, os indivíduos se veem obrigados a se organizarem (DELLARI 1983).

Movimento social, pelo próprio termo da palavra, indica que setores da sociedade estão se movimentando, portanto, estão em busca de alternar o lugar desfavorecido em que a sociedade impõe que estivessem (PORTO-GONÇALVES,1988).

Essas organizações sociais que participam dos movimentos sociais, quando organizadas e participativas da administração pública, fortalecem a gestão participativa e democrática, fortalecendo, assim, a fiscalização e controle social (JACOBI, 1985). O desenvolvimento de movimentos sociais organizados reivindicatórios aumenta a efetividade do relacionamento com o Estado, assim, aumentando o espaço de participação social, afinal, grupos organizados tendem a exercer mais pressão popular e maior controle social na gestão pública.

De certa forma, esses tipos de organizações e suas atividades influenciam a tomada de decisão na administração pública, dessa maneira, o modelo incrementalista (LINDBLOM, 1959) demonstra adequação para participação das organizações sociais que compõe os movimentos sociais no processo decisório na administração pública, tendo em vista que esse tipo de tomada de decisão coloca em foco elementos políticos e o consenso das partes, conforme Gasparin:

Privilegia os elementos políticos da decisão, uma vez que busca uma maximização dos interesses envolvidos, ou seja, as escolhas apresentam relação de poder, já que decisões políticas envolvem negociações e ajustamentos mútuos. O ajustamento mútuo é o cerne do incrementalismo; ele garante o consenso entre as diferentes posições/ideias em um grupo de tomadores de decisão.

[...]

O processo de decisão política é construído passo a passo, com mudanças incrementais. (GASPARIN, 2022. P 10)

Partindo agora para a conceituação do Movimento Estudantil (ME), ele pode ser classificado como um movimento social tradicional (DAL RI, 2009) e policlassista, devido seus integrantes e pautas serem oriundas de diversas classes da sociedade, apesar do ME no Brasil apresentar um histórico com partidos políticos e sindicatos que buscam a revolução socialista. Entretanto, no geral, o ME luta contra o autoritarismo, buscando a gestão democrática e participação social (FERRARO, 2011).

Outrossim, vale ressaltar que o ME é por vezes corporativista, pois os estudantes que participam desse movimento apresentam certa preocupação com seu futuro profissional (SANTOS, 2010).

Por fim, de maneira simplificada, o movimento estudantil, além das questões já elucidadas, é de extrema importância para o desenvolvimento dos jovens como seres críticos da sociedade em que vivem, e por consequência, para que desenvolvam uma sociedade mais capacitada para lidar com suas problemáticas.

A atividade desenvolvida pelo movimento estudantil é de suma importância para o direcionamento político e da educação no país, como também para

a universidade, pois sua participação promove um amadurecimento político em seus estudantes que se reflete na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MARTINS, 2017. p 2).

2.4 A formação do movimento estudantil do IFB, o surgimento do CAGeP e seu funcionamento e atuação

Os primeiros movimentos de formação do movimento estudantil dentro do IFB, Campus Brasília, foram realizados durante os anos de 2013 e 2014, com os Centro Acadêmico de Dança e de Gestão Pública, porém de atuação pouco registrada, apenas relatos de docentes e egressos.

Especificamente no curso de gestão pública, o surgimento da chapa Mandala, em 2014, foi o início da tentativa de construir o CAGeP, conforme Anexo A. Porém, o projeto não surtiu efeito, demonstrando já a dificuldade de continuidade e manutenção desse tipo de organização social dentro de cursos de tecnologia de duração de dois anos e meio. O CAGeP volta as atividades em 2019, com a entrada do “Movimento Correnteza”³, que realizou de forma unificada todas as eleições dos Centros Acadêmicos do IFB, conforme Anexo B.

Em 2019, com as eleições dos Centros Acadêmicos (CAs), a gestão Abaporu assumiu o Centro Acadêmico de Gestão Pública (idem Anexo B), porém, com pouca atuação, considerando as férias acadêmicas e início da pandemia da COVID-19, o CAGeP entrou novamente em inatividade. Além disso, o processo eleitoral foi contestado por diversos estudantes; foram alegadas chapas fantasmas e a falta de assembleias e processo democrático por curso. Ademais, a ausência de formalização da associação junto ao cartório dificultou a continuidade da entidade, pois os procedimentos de seu funcionamento não estavam registrados, a não constituição de um Estatuto prejudicou a legitimidade da entidade, afinal, considerando o Código Civil Brasileiro:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Art. 46. O registro declarará:

I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;

II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;

III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;

³ O Movimento Correnteza é uma juventude política que atua em entidades do movimento estudantil, atua como organização de oposição na União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo sendo uma força que compõe a própria UNE. Disponível em: <https://www.correnteza.org/une>

V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.

Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Art. 48. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005)

(BRASIL, 2002, p. 149)

Nesse sentido, é possível reconhecer a pouca efetividade do CAGeP nesses 5 meses de gestão. Posteriormente, com a flexibilização das restrições advindas da pandemia da COVID-19, o IFB retoma suas atividades presenciais em 2021, dessa maneira ocorreu um período extenso de inatividade das representações estudantis do IFB, Campus Brasília, assim, todos os Centros acadêmicos estavam inativos, além disso, existiam poucos representantes de sala e no caso específico dos representantes do colegiado, o curso de tecnologia em gestão pública não apresentava nenhum discente eleito, vide Anexo C.

Após esse cenário precário de representação estudantil, o curso de gestão pública se mobiliza em abril de 2022 e realiza as eleições do CAGeP em 15 de julho de 2022, com a gestão CAGeP “Somos nós, nossa força em sua voz”. Diferentemente das antigas movimentações do movimento estudantil do IFB, esta gestão se preocupou com a legitimidade do processo, sendo acompanhado pela representante regional da União Nacional dos Estudantes (UNE), além da formalização do processo eleitoral, estatuto, atas de eleições e posse registradas junto ao cartório de 2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília, conforme pode-se verificar nos Apêndices A, B e C.

Diante disso, o CAGeP ajudou na recomposição dos representantes de sala, além de incentivar e mobilizar a inscrição dos representantes do colegiado de gestão pública. Assim, a partir das eleições para representantes discentes, todas as representações do curso de tecnologia de gestão pública passaram a existir e realizar suas atuações, vide Anexo D.

Posteriormente, ocorreram as eleições do Centro Acadêmico de Dança, Centro Acadêmico de Tecnologia de Sistemas para Internet, Centro Acadêmico de Processos Gerenciais e Grêmio estudantil do IFB, todas as eleições e constituições das entidades tiveram participação do CAGeP e acompanhamento da UNE.

Por fim, ocorreu a formalização das vagas remanescentes do colegiado de

gestão pública para o CAGeP, por meio de portaria nº 86/2023 - DGRB/RIFB/IFBBRASILIA, de 7 de junho de 2023, conforme Anexo E. Em 15 de julho de 2023 ocorreu a eleição programada do CAGeP, no qual a gestão “Elizama Presente, Hoje e Sempre” foi eleita.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, e compreendendo as percepções das lideranças do curso de gestão pública em relação ao surgimento do CAGeP e sua atuação, além do seu panorama de como era antes e o depois da formação desta entidade, desta forma, a análise realizada foi do tipo descritiva, as informações foram coletadas pelo instrumento entrevistas semi estruturadas com os participantes, podendo ser consultadas no Apêndice D. Também foi realizada pesquisa bibliográfica que foi essencial para fundamentar a importância das organizações sociais e estudantis na administração pública, ademais, foram utilizados dados e informações obtidas em consulta a diversos meios de acesso à informação, dentre elas livros, artigos e sítios eletrônicos.

As pesquisas qualitativas são realizadas a partir de perguntas motivadas, geralmente utilizando perguntas com “como” e “por que”, esse tipo de pesquisa não é atrelado a dados numéricos (LAKATUS, 2017). A entrevista semi estruturada é classificada como modelo flexível de entrevista em que são utilizados perguntas de base, porém com abertura para novas perguntas no momento da entrevista, tornando o diálogo mais aberto, assim, melhorando a compreensão e descrição de fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987).

A descrição das mudanças sociais ocorridas a partir da existência do CAGeP, foi realizada por meio de relatos de experiências. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021) o relato de experiência (RE) é uma produção de saber que evidencia as vivências acadêmicas e/ou profissionais. No cenário acadêmico o RE descreve uma experiência vivida de forma próxima. Trata-se de uma descrição que um autor ou um grupo de pessoas realiza sobre determinada vivência, sendo ela relacionada com a área de atuação, demonstrando conclusões e temas para discussão.

Este trabalho relata as experiências de 11 lideranças estudantis do curso de gestão pública do IFB (cargos e funções apresentadas no apêndice E), entrevistados em janeiro de 2024, sendo possível absorver informações sobre a relação entre Estado (Administração do IFB) e sociedade (Estudantes), antes e depois do surgimento do CaGeP.

O objeto de estudo foi a comunidade acadêmica do IFB, sua administração e o CAGeP. Localizada no SGAN Quadra 610 Módulos D, E, F, G, St. de Grandes Áreas Norte, Brasília - DF, 70830-450.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção demonstra os resultados obtidos com a pesquisa realizada, elucidando e realizando interações entre as respostas das entrevistas realizadas e objetivos da pesquisa.

4.1 Funcionamento do CAGeP

O local de funcionamento do CAGeP é o contêiner localizado no estacionamento traseiro do IFB, lá são realizadas reuniões de gestão e o repositório de seus materiais, como livros, panfletos, tintas, materiais de papelaria entre outros. Já sua atuação ocorre em diversos espaços, dentro e fora do IFB, a depender da necessidade da atuação e representatividade dos estudantes ou do curso.

Seus processos e procedimentos são realizados de maneira interna, por maioria simples de votação dos diretores, sendo facultativo a participação e votação dos coordenadores, além disso, o presidente da entidade apresenta voto de qualidade para desempate. Por outro lado, o Estatuto da entidade rege como se dará os processos eleitorais, prestações de contas, as atribuições de cada cargo, a destituição de membros entre outras atividades administrativas da entidade. Ademais, segundo o Estatuto do CAGeP, a prestação de contas ocorre de maneira semestral, e é necessário a realização de relatórios de ações por diretoria a cada 15 dias. (CAGeP, 2022).

4.2 Transformações promovidas pelo CAGeP, cenários antes e depois da atuação da entidade

Tendo em vista os resultados da pesquisa, conforme Apêndice D, foi possível compreender por meio das entrevistas uma comparação de cenários de antes e depois do CAGeP em 2022. As lideranças relataram que tinham uma visão vaga do curso de Gestão Pública e do próprio Instituto, tendo em vista o baixo fluxo de informações que chegavam de fato para os estudantes. A partir do CAGeP, os alunos tiveram mais acesso a informação, o CA serviu como um catalisador de informes, dando capilaridade para os informativos institucionais, aviso de eventos e conscientização de políticas e ações.

Nas entrevistas, os representantes Entrevistado 2, Entrevistada 3 e Entrevistado 7, relataram que durante o período de pandemia e no início do retorno das aulas presenciais os alunos se sentiam abandonados, sem suporte ou apoio, porém a situação se reverteu após o surgimento do Centro Acadêmico, pois gerou um novo elo entre instituição e estudantes, além de trazer proximidade em relações interpessoais dos estudantes, gerando maior união em prol de um curso mais forte (APÊNDICE D, 2024).

Antes do CAGeP os estudantes não tinham pleno conhecimentos de seus direitos, não sabiam como proceder nos âmbitos institucionais do IFB, além do desconhecimento do próprio funcionamento do curso e procedimentos processuais do IFB, como os trâmites das coordenações e registro acadêmico do Instituto. Após a criação do CAGeP, a conscientização e informatividade de todas essas problemáticas foram atenuadas.

Analisando os resultados obtidos, é possível perceber como era árduo a representação institucional pelos representantes de sala, o elo era fraco entre representantes e IFB, segundo as lideranças, representantes do curso de Gestão Pública, o sentimento era que não existia voz por parte dos estudantes e que suas pautas não eram atendidas, demonstrando que após a atuação forte do Centro Acadêmico o elo fragilizado se fortaleceu, e as pautas estudantis começaram a ter peso dentro do Instituto, tendo em vista as ações de uma entidade que geraram

maior fiscalização e cobrança por resolutivas (APÊNDICE D, 2024).

Antes do Centro Acadêmico as representações ficavam deslocadas, pois cada representante de sala levava pautas de interesse privativo da turma no qual representavam, algumas pautas conflitantes entre turmas, intensificando a fragilidade da representação estudantil. Posteriormente, com a criação do CAGeP, a representação do curso inteiro foi unificada, servindo como filtro de pautas estudantis, além de conciliador dos interesses privados em prol da coletividade. De maneira geral, os estudantes entrevistados afirmaram que ocorreram melhorias significativas nas problemáticas existentes no curso, de forma contemporânea, as lideranças consideram o curso ativo, vivo, forte, respeitado e batalhador.

4.3 Análise da relação estudantes e Instituição

Sobre a relação entre estudantes e média e alta gestão da administração do IFB, os estudantes entrevistados relataram que apesar dos representantes antes do CAGeP tivessem mais abertura com a gestão do que os outros estudantes, depois do surgimento do CAGeP foi perceptível uma melhora de maneira geral, alguns entrevistados relataram que antes do Centro Acadêmico a relação e interação com a gestão do IFB era baixa ou inexistente. Segundo Entrevistado 4 em sua entrevista “Vou falar curto e grosso. Não tinha. Não existia relação, no caso. A gente simplesmente estava jogado ali, você entrava, então você ia, pegava seu corredorzinho, ia para a sua sala, assistia a sua aula e saía.” (APÊNDICE D, 2024)

Para o Entrevistado 2 “A gente não tinha tanta aproximação, era cada um por si, não tinha com quem a gente falar antes. Aí com o CAGeP, eu acho que ficou mais fácil essa parte pro estudante” (APÊNDICE D, 2024). Para Entrevistada 1 “foram algumas dificuldades que os representantes tinham de falar, a gente falava, os representantes falavam, mas não eram escutados” (APÊNDICE D, 2024)

Além disso, a interação dos estudantes com a Instituição teve ganho significativo em relação as devolutivas das pautas estudantis, apesar da pouca relação dos representantes com o IFB, quando as pautas chegavam até a gestão dificilmente recebiam um retorno, entretanto, com o CAGeP ativo, existia assim uma entidade para realizar a fiscalização da execução das demandas. Como dito pela liderança Entrevistada 1, os estudantes podiam até não conquistar a solicitação, todavia, agora sabiam como, quando e porque ocorreu a recusa do pleito

4.4 Melhoria na qualidade de vida estudantil, transformações realizadas pelo CAGeP

Em relação a melhorias na qualidade de vida estudantil, ações e atividades do CAGeP, os resultados das entrevistas demonstraram que as atividades do Centro Acadêmico ultrapassaram os limites do curso, a entidade realizou atividades, parcerias, ações e diversas outras relações com Centros Acadêmicos do IFB e Universidade de Brasília, representação na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Executivo, além de atuação na Câmara legislativa do Distrito Federal (CLDF). Ademais, o CAGeP realizou representação institucional fora de Brasília, em eventos oficiais da UNE no Rio de Janeiro e São Paulo. A nível nacional, a entidade é o CA mais ativo na Federação Nacional dos Estudantes do

Campo de Públicas (FENECAP), lutando em pautas nacionais do curso, como aprovação da Lei de regulação da profissão de gestor público⁴. Portanto, a entidade levou o nome do curso e pautas dos estudantes para diversas esferas, aumentando o renome do curso.

Uma ação carinhosamente marcante e pioneira do CAGeP, segundo as lideranças, foram as recepções de calouros realizadas pelo CAGeP, esse evento era raro e desorganizado dentro do Instituto, assim, o CA realizou o recepcionamento dos calouros de gestão pública de maneira organizada, com dinâmicas, tintas, cartazes para fotos e tour pelo campus, essa atividade influenciou todos os cursos a se organizarem para recepcionar seus calouros, além de gerar um ambiente mais acolhedor, gerando união e combatendo a falta de identificação com o curso e a ausências de relações interpessoais, que refletia nos índices de desistência do curso de gestão pública.

Outra ação importante do CAGeP que causou melhoria na vida acadêmica, conforme dito pelos estudantes entrevistados, são as visitas presenciais em sala de aula rotineiramente e alto fluxo de atividades digitais de repasse de informações, dessa forma os estudantes ficam informados de atividades e eventos que consequentemente geram suporte nas atividades complementares extracurriculares, logo, auxiliando na obtenção das horas complementares para conclusão do curso

Em relação a segurança pública, a entidade segundo Entrevistado 2, realizou ações junto a Secretaria de Segurança Pública do DF para aumentar a efetividade de policiamento na região:

Foi a parte da segurança pública para os estudantes, porque como a gente ficava ali na L2, é um local bem escuro à noite, ocorria risco de assaltos o tempo inteiro, com ações do Cagep, ocorreu a aproximação da polícia e com isso gerou mais segurança para os estudantes. (APÊNDICE D, 2024)

A ação mais marcante, entre outras ações do CAGeP mais aprofundadas no Apêndice D deste trabalho, foi a colaboração para a construção de um pensamento crítico nos estudantes. As lideranças relataram que a maior transformação social e revolucionária da entidade foi a criação da cultura entre os estudantes de controle social e fiscalização das atividades dos professores, administração do IFB e Governo. Segundo a Entrevistado 5:

Eu acho que influenciou também em relação ao pensamento social. Deixou mais evidente o papel que o cidadão tem que fazer na fase de controle social, fiscalizar. Não é só estar ali e ficar aceitando tudo o que está acontecendo. (APÊNDICE D, 2024)

De acordo com a representante Entrevistada 1:

A principal lição que eu tirei do CA é que você tem o direito e o dever de reivindicar aquilo que lhe é de direito. E quem pode fazer? Eu acho que a maior lição que eu tenho do CA e nós, discentes, somos responsáveis pelo

⁴ O projeto de Lei 4811 de 2023, dispõe sobre a regularização da profissão de gestor, administrador e correlatos da área pública

controle social administrativo do IFB. A gente consegue, junto, fazer uma instituição melhor. (APÊNDICE D, 2024)

Por fim, em relação às ações específicas da entidade, a luta pelo espaço físico do CAGeP, a luta contra o corte de turma do curso e valorização do curso e profissão, além da conquista da regulamentação dos Centros Acadêmicos dentro do regimento interno do IFB foram mencionadas pelas lideranças.

4.5 Influências do CAGeP nas políticas e ações do IFB

Sobre as influências direta e indiretas do CAGeP em ações, políticas e atividades estratégicas da gestão do IFB, algumas observações podem ser feitas após as análises das entrevistas realizadas. Primeiramente, a influência mais relatada pelas lideranças foram as reivindicações da entidade sobre bebedouros, banheiros, lanchonete, dentre outras questões estruturais. Conforme relatado, antes do CA os banheiros e bebedouros apresentavam ausência de manutenção e falta de funcionamento frequente, assim, após a atuação e reivindicação da entidade, além de suas articulações políticas, os bebedouros foram trocados, banheiros passaram a ter um processo aprimorado de higienização, novos microondas foram adquiridos, entre outras questões estruturais como ar condicionados e internet do campus.

Em relação a políticas institucionais, o CAGeP exerceu influência direta no lançamento da plataforma Fale com Ensino, por parte do Campus Brasília.

Uma pauta que o centro acadêmico defendia bastante, que era a institucionalização de um tipo de avaliação dos professores e de tanto ser levado para a administração, eles mesmos soltaram um geral para o IFB através de um formulário, era uma ação que a gente iria fazer pelo menos no nosso curso graças à nossa iniciativa, foi uma pauta realmente defendida há um certo tempo. (APÊNDICE D, 2024)

Além disso, sobre o contingenciamento dos estudantes no Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública (TCC), o CAGeP pugnou pela manutenção do TCC como obrigatório, influenciando em novas ações do IFB para solucionar o problema, como por exemplo a criação do TCC de Verão. Para a entidade, o curso apresentar problemas de retenção dos alunos na disciplina não significa diminuição da importância da matéria ou sua não necessidade.

Porque é algo que nós, representantes, batemos muito na tecla, o curso inteiro, o porquê que deixaram chegar no ponto de tantos alunos numa turma de TCC. Somente a identificação de que não tem professores suficientes para orientar, não pode ser usado como uma desculpa para não fazer. E uma das coisas que nós brigamos juntos o tempo todo, falando, não, vocês precisam dar uma solução para tentar mitigar esse problema dos TCCs atrasados, a quantidade de alunos que estão travados para conseguir a formação, causando, inclusive, a evasão de alunos, que pra mim é inconcebível. Então, eu acho que esse foi um projeto que nos últimos semestres eu briguei bastante, vi o centro acadêmico também nessa luta e tá aí o resultado. Então, em vários momentos a gente conversou sobre isso. Olha, existe uma possível proposta da direção sobre isso. E a gente discutiu isso muitas vezes e está aí o resultado. Pode não ser o ideal ainda, mas eu acho que é uma resposta. É uma resposta para uma reivindicação que era muito séria do curso de gestão pública. A quantidade de alunos represados no IFB por

conta do TCC. Claro que existem outras outras tomadas de decisão que precisa ser feita, inclusive, não é de coação, mas eu acho que incentivar a participação dos professores nessas orientações[...] e eu continuo nessa luta aí até o último dia, mas eu acho que só o fato de você estar fazendo esse TCC de verão, É uma vitória do centro acadêmico de todas as representações institucionais. (APÊNDICE D, 2024)

Ademais, foi perceptível outras influências, como a melhoria no atendimento nos assuntos relacionados ao passe estudantil, segurança pública, corte de turma do curso de gestão pública, e a mudança de tratamento com os Movimentos Estudantis, estes que agora são convidados para as reuniões mais importantes referente a decisões sensíveis para o IFB.

Por fim, também é possível constatar que ocorreu influência direta na transparência da gestão do Instituto, principalmente tendo em vista que o CAGeP realizou forte controle social e fiscalização das ações, assim, o próprio Instituto focou mais na eficácia de suas metodologias de transparência. E ainda, conforme relatos, também ocorreu maior reconhecimento interno do curso através do CAGeP.

4.6 O CAGeP e as relações interpessoais com os colaboradores do IFB

Em relação a pesquisa sobre melhorias de relações interpessoais a partir do surgimento do CAGeP, não foi registrado nas entrevistas mudanças no atendimento ou relação dos técnicos e terceirizados, mantendo de maneira positiva. Já em relação aos docentes, parte dos estudantes não se pronunciaram em relação ao assunto, entretanto, parte dos entrevistados relataram uma melhoria nítida nas relações com os docentes. Uma vez que o CAGeP é uma entidade que fiscaliza e defende o interesse dos estudantes, oportunizou-se um maior diálogo entre aluno e professor, no qual alguns estudantes destacaram: aprimoramento da qualidade de ensino, avanço nas soluções de problemas e progresso na atenção dada aos discentes.

4.7 Aprendizados em relação a disciplinas

É notável que o Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB foi um grande difusor de conhecimentos, principalmente de conhecimentos técnicos ligado ao curso de gestão pública. Os resultados da pesquisa demonstram que o controle social, auditoria e gestão social foram os conhecimentos mais aproveitados pela atuação do CAGeP, evidentemente pela sua característica de ser uma organização social parte do movimento estudantil, ou seja, conhecimentos de sua própria natureza.

Devido ao modelo organizacional adotado pela gestão do CAGeP 2022, Direito Constitucional, Direito administrativo, Direito em geral, ciência sociais e políticas, além de política de fato, foram conhecimentos e aprendizados absorvidos por estudantes e lideranças que estiveram em torno do CAGeP. Tendo em vista suas características de buscar o princípio da legalidade e suas atividades de cunho político, além de suas atividades no Congresso Nacional e CLDF.

Gestão da informação no setor público, publicidade e transparência no serviço público também foram aprendizados de grande valia, principalmente por serem princípios da gestão pública, e pelo fato do CAGeP ter suprido parte da lacuna de capilaridade de informações dentro do Campus. Entretanto, esses

conhecimentos ficaram mais acentuados para as lideranças e estudantes ligados a parte de comunicação do CAGeP.

Curiosamente, o processo administrativo disciplinar que o Centro Acadêmico respondeu também foi de grande aprendizado por parte dos estudantes, afinal, o CAGeP publicizou a tramitação do processo e expressou publicamente sua opinião sobre o ocorrido, dessa forma muitos estudantes compreenderam como ocorria os processos administrativos disciplinares.

Para entrevistados com maior ligação com o Centro Acadêmico, foi perceptível a absorção de conhecimentos mais específicos como: tomada de decisão, gestão estratégica, gestão de pessoas e gestão de risco, ramos de conhecimento intrínsecos por parte dos integrantes do CAGeP para a administração da entidade.

O aprendizado de gestão patrimonial, cuidado com patrimônio público e consequentemente a valorização e orgulho da profissão de administrador público também foi realizado com êxito. Outrossim, aprendizados pessoais relatados pelos entrevistados, aprendizados em relações interpessoais e intrapessoais, ligadas diretamente a conhecimentos técnicos de gestão de pessoas e comportamento organizacional também foram observados. Por fim, também foi difundido entre estudantes formulação e implementação de políticas públicas e sua avaliação, e obviamente, todos os conhecimentos supracitados tiveram ligação direta com conhecimentos de administração pública e seus 5 princípios básicos, a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

4.8 Participação em atividades

De maneira geral, ficou evidenciado pela pesquisa que o CAGeP incentivou significativamente a participação dos estudantes e eventos promovidos pelo IFB, UnB e movimento estudantil comparado com o período anterior a sua existência, intensificando visitas em salas de aula com informes especiais para essas situações e visibilidade com publicações em grupos de Whatsapp e postagens no Instagram.

4.9 A importância do CAGeP para a relação democrática entre Estado e sociedade

O CAGeP serviu para os estudantes como um crucial promotor de uma relação mais democrática e participativa com a gestão do IFB, pois além de pioneira em seu modo de agir e a primeira entidade pós pandemia, foi o grande catalisador de mudanças sociais dentro do Campus Brasília, servindo como filtro de demandas e elo representativo perante o Instituto.

A importância desse tipo de entidade está presente em diversos aspectos, destacam-se dentre eles o modo como esse tipo de organização age como um facilitador de comunicação entre Estado e sociedade, além da sua atuação como democratizador do acesso à informação, dessa forma, é o canal mais efetivo para representação de pautas e devolutivas perante a administração pública do IFB.

Além disso, esse tipo de associação é grande promotora de assistencialismo para seus estudantes, os empoderando, promovendo assim transformação social, esta que é exemplificada pela articulação política do CAGeP na luta pela melhoria da mobilidade e transporte público do DF, presente nas audiências públicas de relevância social para os estudantes.

A relevância desse tipo de entidade para uma relação mais democrática entre Estado e sociedade transpassa a defesa de direitos de sua classe representativa, mas sim uma criação de uma voz coletiva que quebra barreiras e a torna forte, fiscalizando e realizando o controle social da administração pública, sendo assim um elemento essencial na promoção e defesa da democracia.

4.10 Desafios que ainda persistem

Sobre os problemas ainda persistentes no curso de gestão pública e IFB, foi perceptível certa resistência por parte de alguns administradores do IFB em relação ao movimento estudantil e suas atividades, muito por conta de estereótipos atribuídos a esse tipo de movimento social. É notável também o desconforto com o comportamento com certos docentes, é observável o baixo entusiasmo na lecionação em algumas disciplinas específicas. Algumas lideranças também relataram a necessidade de maior especialização curricular na área de administração pública por parte de alguns docentes.

A comunicação ainda é uma problemática acentuada nos resultados da pesquisa, principalmente na relação direta entre estudantes e administração do Instituto. É possível analisar que apesar da melhoria com a atuação do CAGeP, os estudantes sentem a necessidade de presenciar mais os gestores do IFB no dia a dia.

Uma complexidade observada bastante relatada é a necessidade de assistência estudantil, por conseguinte, o não suprimento desse auxílio gera alta evasão acadêmica, assim muitos estudantes deixam o curso por fome, trabalho, gravidez, e pela não inclusão e acolhimento.

Outro desafio histórico é a falta de interação entre os campi do IFB, evidenciado pelos estudantes entrevistados, e ressaltado pela Comissão Própria de Avaliação do IFB, sendo que a divulgação preliminar dos resultados de pesquisa da avaliação Institucional realizada em 2022 e 2023 demonstrou que uma das insatisfações recorrentes dos estudantes é justamente a baixa interação e relação com outros Campi do Instituto (em fase de elaboração)⁵. Por vezes um estudante que mora numa região administrativa do DF que apresenta um Campus do IFB, necessita deslocar-se quilômetros por dia para ter aula em outro Campus, ou seja, não usufrui do Campus de sua própria comunidade pela falta de conexão e integração.

Também é evidenciado, dentro do Campus Brasília, outro desafio que ainda incomoda a classe estudantil: atitudes elitistas, falas preconceituosas e racistas que ainda reverberam dentro do Instituto. Apesar de serem combatidas fortemente pelos núcleos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED), além do combate por meio das ações e políticas institucionais da direção do Campus e Reitoria como o evento Ser Negra e Meninas na Ciência, o tema precisa continuar sendo discutido e combatido com veracidade.

Concluindo, dentre as demais problemáticas ainda persistentes, muitas estão fora da alçada da própria gestão do IFB, muito menos da capacidade resolutiva do movimento estudantil, como por exemplo questões gerais de orçamento destinado ao Instituto Federal.

⁵ Avaliação Institucional do IFB, realizada pela Comissão Própria de Avaliação do IFB.

4.11 Proposta interventiva

Considerando a pesquisa realizada e os desafios ainda encontrados, propõe-se intervenção estratégica para melhorar a comunicação do IFB e relação entre a administração do IFB e o movimento estudantil. Dessa forma promovendo um espaço mais participativo e democrático.

Tendo em vista estereótipos sobre o movimento estudantil, recomenda-se que o CAGeP realize campanhas de conscientização sobre o que de fato é o movimento estudantil, suas atribuições e seus feitos. Assim, essa atitude visa quebrar preconceitos estereótipos sobre esses movimentos sociais e as organizações que a compõem.

O Centro Acadêmico deve realizar rodas de conversas com os docentes, de modo periódico, para aprimorar relacionamentos entre colaboradores do IFB e lideranças estudantis, dessa forma será possível alinhar pensamentos, conhecer um ao outro e traçar perspectivas de trabalho em equipe.

Em relação ao baixo entusiasmo em algumas disciplinas e a necessidade de melhoria curricular na área de conhecimento da gestão pública, é recomendado que o CAGeP defenda publicamente a verticalização do ensino, como maior abertura para os docentes realizarem especialização, mestrado e doutorado na área de conhecimento de administração pública, além de trabalhar na visibilidade profissional dos docentes, divulgando seus trabalhos, realizando convites para participação de congressos científicos da área, como por exemplo o Encontro nacional dos Estudantes do Campo de Públicas, Encontro Brasileiro de Administradores Públicos, Congresso Nacional de Administração, Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas, sendo possível criar parcerias com sindicatos e outras organizações sociais para premiações acadêmicas que promovam relevância do profissional publicamente.

Audiências públicas e assembleias periódicas promovidas e gerenciadas pelo CAGeP, realizando convite para os gestores do IFB participarem são necessárias para a comunidade acadêmica de maneira geral entrar nos espaços de discussão e tomada de decisão do Instituto, gerando assim uma plataforma aberta para debate de questões importantes, ajudando na formulação e avaliação de políticas públicas. Dessa forma, o sentimento de presença dos gestores e o aprimoramento da gestão participativa e democrática iria se fortalecer dentro do Instituto Federal, além de melhorar a comunicação dentro do IFB.

O CAGeP também pode criar espaços online para a comunidade acadêmica discutir assuntos importantes para o IFB, como por exemplo fóruns permanentes de discussão, fóruns temáticos, entre outros. Essa atitude visa melhorar a comunicação dentro do IFB sobre assuntos relevantes.

Também é proposto a implementação e realização de reuniões periódicas entre administração do IFB e representantes dos movimentos estudantis para aprimorar a comunicação e alinhamento entre essas partes. Dessa forma, gerando maior compreensão mútua e colaboração nas ações institucionais.

Outra proposta para melhorar a gestão democrática e participação social dentro do IFB, é que o CAGeP continue incentivando a criação das entidades estudantis em geral dentro do IFB, grêmios, centros acadêmicos e o diretório

central dos estudantes⁶. Nesse sentido, é possível realizar parcerias entre entidades estudantis para melhoria da problemática de integração entre os Campi, propondo palestras, atividades acadêmicas e visitação dos Campi.

Referente a preconceitos, racismos, e posturas discriminatórias, recomenda-se que o CAGeP realize mais palestras e campanhas de conscientização sobre o combate a esses males. É importante realizar o empoderamento dos estudantes que são minoria dentro do IFB, ante ao exposto, palestras temáticas podem causar esse tipo de efeito, por exemplo, o evento ocorrido na UnB sobre Mulheres Negras na Gestão Pública trouxe impactos positivos para as estudantes negras do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB, pois elas conseguiram ver mulheres com histórico de luta chegarem a espaços de poder, mostrando caminhos possíveis para isso.

Por fim, também é importante o IFB estabelecer espaços físicos destinados para as entidades estudantis se sediarem. Também é necessário dar autonomia na gestão desses locais, logo, esses espaços serão de extrema importância para a organização da gestão, de discussão dos estudantes sobre os assuntos sensíveis e planejamento das suas atividades e ações, assim, fortalecendo a atuação das entidades, conseqüentemente, essas atitudes resultaram em um movimento estudantil organizado que poderá continuar com suas atividades de transformação social dentro do IFB, aprimorando a gestão democrática e participativa, estes que ainda apresentam lacunas conforme visto na pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam uma extensa transformação social realizada pelo movimento estudantil de gestão pública do IFB, por meio da entidade CAGeP, assim, os objetivos gerais e específicos desta pesquisa foram atendidos com sucesso. A comparação dos cenários antes e depois da atuação do centro acadêmico trouxe evidências concretas sobre a melhoria da vida estudantil, influências diretas e indiretas positivas, tanto para o Estado, neste caso representado pelo Instituto, quanto para sociedade, representado pelos estudantes e organização social.

Considerando o meio acadêmico, a pesquisa traz conclusões importantes, pois demonstra como as entidades estudantis podem melhorar o ambiente educacional, principalmente para construir uma instituição mais democrática e participativa, além de claro, trazer possibilidades de soluções para problemáticas do mundo acadêmico e universitário.

Por outro lado, considerando o cenário profissionalizante do curso de gestão pública, a atuação desses tipos de organizações sociais dentro do ambiente acadêmico desenvolve habilidades práticas e teóricas importantes para a futura atuação profissional dos estudantes, além de gerar maior identificação e defesa da profissão de administrador público, gerando assim impactos positivos para os concluintes do curso se encontrarem no mercado de trabalho da área pública. Além disso, a conscientização sobre os princípios da administração pública, capacidade e comprometimento com controle social e participação efetiva da sociedade nas políticas públicas é de extrema importância para o futuro profissional dos estudantes

⁶ Os grêmios estudantis representam todos os estudantes secundaristas e de nível técnico de uma instituição. Os centros acadêmicos representam um curso específico de ensino superior. Os diretórios centrais dos estudantes (DCE) representam todos os estudantes de ensino superior de uma instituição de ensino.

de gestão pública.

A pesquisa apresentou como limitação a abrangência do seu campo amostral, pois existem poucas lideranças estudantis que estiveram presentes antes do surgimento do Centro Acadêmico de Gestão Pública de abril 2022 e que ainda estejam ativos e matriculados no curso de gestão pública em janeiro de 2024, muitos que viram as transformações sociais já se formaram, evadiram ou não estão mais atuantes no movimento estudantil.

Ante o exposto, algumas questões e sugestões para futuros trabalhos e pesquisas surgem à tona. É possível analisar a percepção dos administradores públicos do Instituto ou de outras universidades públicas sobre a atuação das organizações sociais do movimento estudantil, ou entidades e associações de outra natureza e como as ações delas influenciam e transformam a administração pública. Outra sugestão é abranger a análise deste trabalho, fazendo comparações entre instituições de ensino ou cursos, traçando assim cenários comparativos. É possível também aumentar a análise para pesquisar a transformação social realizada pelo Campo de Públicas⁷, estudando a atuação das entidades a nível nacional.

Diante desse panorama, o CAGeP se evidencia como um agente de transformação social, ou seja, não sendo apenas uma entidade representativa. Portanto, essencial para a administração pública brasileira e a defesa da democracia, gestão participativa e inclusiva. Entretanto, ainda existem problemáticas acentuadas dentro do Instituto Federal e nos ambientes em que os movimentos sociais e organizações sociais estão inseridos, no caso estudado, desafios relacionados à assistência estudantil, interação entre campus, estereótipos e preconceitos e falha de comunicação no relacionamento direto entre instituição e alunos ainda são persistentes. Entretanto, são esses meios, essas entidades e movimentos de atuação e controle social que promovem esperança de um futuro melhor para a sociedade e para a nação.

⁷ Campo de Públicas (CP) é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro, 1977.

APARECIDA, Lídice, **Participação e movimentos sociais**, R.C.pol, Rio de Janeiro, 1986

BRASIL. Código Civil . **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso: 15 de janeiro de 2024.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de janeiro de 2024

BRASIL, Instituto Federal de Brasília. **Colegiado: resultado final da eleição para representante discente**. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/brasil/28623-colegiado-resultado-final-da-eleicao-para-representante-discente>. Acesso: 15 de janeiro de 2024.

BRASIL, Instituto Federal de Brasília. **EDITAL Nº 11/2022 - CGEN/DREN/DGBR/RIFB/IFBRASÍLIA: Resultado Final**. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/32484/Edital%2011_2022%20-%20Representante%20discente%20-%20Resultado%20Final.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Superior Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 15 de janeiro 2024

BRASIL. **Lei 7.395**. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm#:~:text=LEI%20No%207.395%2C%20DE,superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

CAGEP-IFB. Centro Acadêmico de Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília. **Estatuto**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12SnLIMgUGW9YiwObpqfIE_4q53-YOwnI/view?usp=sharing

DELLARI, Dalmo de A. **O que é participação política**. 1983. 1. Ed. Brasiliense. 1995

ENTREVISTADA 1. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADO 2. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADA 3 . **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADA 4. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADA 5. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADA 6. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

ENTREVISTADO 7. **Entrevista concedida a Igor Andrey Roselli**. Brasília, janeiro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

FERRARO, Karina Perin. **Movimento estudantil e a democratização da universidade**. Tese de mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/movimento_karina.pdf, acesso em: 16 de janeiro de 2024

FONSECA, Mônica Padilha, **O movimento estudantil como espaço dialógico de formação**, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GASPARIN, Adriano Roque. **Processo decisório na administração pública: uma revisão dos principais modelos teóricos**. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Justiça e Segurança. Curitiba, v.5, n2, p. 3-19, 2022

GOHN, Maria da Glória; **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasil Educação, 2011.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais urbanos e a crise: exploração social à participação popular autônoma**. Política e administração. Fesp, 1985.

LAKATUS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LINDBLOM, Charles E. **The science of “muddling through”**, **Public Administration Review**, Washington DC, v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7788738/mod_resource/content/1/Lindblom%20C.%20%281959%29.%20The%20Science%20of%20Muddling%20Through.%20Public%20Administration%20Review%20C2%A019%2C%20%2878-88%29..pdf . Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

MARTINS, Fernanda de Souza, **Movimento estudantil: aspectos históricos e a atuação política na universidade estadual de londrina**. IV Jornada de Didática III Seminário de Pesquisa do CEMAD. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/IV%20Jornada%20de%20Didatica%20Docencia%20na%20Contemporaneidade%20e%20III%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/MOVIMENTO%20ESTUDANTIL%20ASPECTOS%20HISTORICOS%20E%20A%20ATUACAO%20POLITICA%20NA%20UNIVERSIDADE%20ESTADUAL%20DE%20LONDRINA.pdf>. Acesso em 16 de janeiro de 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 2010.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; **Identidade, Cultura e Política: Movimentos estudantis na contemporaneidade**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.

MILANI, Carlos R. S; **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**. Revista de Administração Pública, 2008.

MUSSI, Ricardo Fraklin De Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo De. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Revista Práxis Educacional, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia e Movimentos Sociais no Processo de globalização em cursos: apontamentos**. Boletim Gaúcho de Geografia, Goiânia, 1998

SANTOS, R. M. dos. **Representação, participação e democracia: o papel do estudante na gestão do demos universitário**. In: RAMPINELLI; ALVIM; RODRIGUES (Orgs.).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZUFFO, Simone Sonise. **Gestão democrática:** limites e desafios. Abordagem teórico-bibliográfica acerca da gestão educacional na Rede Estadual de Santa Catarina. Universidade Federal da Fronteira Sul. 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1511>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

APÊNDICE A — ATA DE FUNDAÇÃO